

DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO SOCIAL RURAL: o Projeto de Assentamento do Engenho Corubas e as perspectivas da produção familiar na Mata Sul de Pernambuco

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

Universidade Estadual do Vale do Acarajú (UVA-CE)

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Vitória Regia Fernandes Gehlen

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO SOCIAL RURAL: o Projeto de Assentamento do Engenho Corubas e as perspectivas da produção familiar na Mata Sul de Pernambuco

Resumo: Este estudo aborda as relações socioespaciais, as quais adquirem visibilidade nas discussões acadêmicas e políticas na contemporaneidade. Isso porque, para que se amplie o processo de acumulação do capitalismo em escala global, faz-se imprescindível o planejamento do espaço. Ressalta que a organização do espaço na fase atual dá-se de forma global, atenuando os limites entre o rural e o urbano, estabelecendo nova dinâmica a realidades sociais, consideradas tão distintas. Mostra que é no bojo das relações rural-urbanas que se travam lutas, reivindicações, conflitos e resistências dos trabalhadores, revelando a pluralidade do espaço social. Nesse contexto, enfatiza que a produção agrícola familiar de alguns assentamentos da reforma agrária na Mata Sul de Pernambuco destaca-se como uma reação ao modelo de desenvolvimento territorial da agricultura brasileira. Diante das perspectivas do modelo de desenvolvimento agrícola, marcadas pelo grande latifúndio, este estudo busca analisar a configuração do espaço social na Mata Sul de Pernambuco, tendo como pressuposto teórico-metodológico a concepção dialética das relações sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial, espaço social, agricultura familiar.

SOCIAL DEVELOPMENT OF RURAL AREA: the Settlement Project of the Mill Corubas and prospects of family farming in the forest south of the State of Pernambuco

Abstract: This article approaches the social relations in space which get visibility in contemporary academic and political discussions. This is because, in order to increase the accumulation process of capitalism on a global scale, it is essential to space planning. It points out that the organization of space in the current phase takes place in a global manner, thus reducing the boundaries between rural and urban areas, setting new dynamics to social realities, considered so distinct. It shows that it is in the center of rural-urban relationships that struggles, vindications, conflicts and resistance of workers, revealing the plurality of social space are undertaken. In this context, the production from family farming settlements of some of the land reform in forest south of the State of Pernambuco stands out as a model reaction to the territorial development of Brazilian agriculture. In the face of the prospects of agricultural development model characterized by large latifundia, this study seeks to analyze the configuration of social space in the forest south of the State of Pernambuco. Thus, this study is the theoretical and methodological dialectical conception of social relations.

Key words: Territorial development, social space, family agriculture.

Recebido em: 28.02.2012. Aprovado em: 09.04.2012.

1 INTRODUÇÃO

No contexto das relações sociais, a espacialização do capital reflete não somente as relações sociais conflituosas, mas, também, as relações sociais de vivência e convivência. Na análise da sociedade capitalista, é preciso atentar que o processo de produção realiza-se sobre o esforço de “anulação do espaço sobre o tempo”. (MARX apud HARVEY, 2001). Por isso, os estudos incidiram sobre a relação tempo/trabalho.

Entretanto, em um movimento contraditório, para que se objetive essa anulação, é necessário que haja configurações espaciais relacionadas ao desenvolvimento dos sistemas de transportes, da comunicação e da tecnologia, de forma a possibilitar fluidez necessária ao processo de acumulação capitalista. (HARVEY, 2001). Assim, a produção do espaço se vincularia aos ajustes espaciais necessários ao movimento global do capitalismo.

No que se refere às interligações rural-urbanas, Lefebvre (1963) reconhece o urbano como processo, tendo como fundamento as contradições sociais derivadas das relações sociais conflituosas, relações de classe, pressupondo o papel fundamental da práxis – das práticas urbanas. Dentro de sua perspectiva teórico-metodológica, tanto a cidade quanto o processo de urbanização se apresentam enquanto movimento do urbano e expressam determinada forma e conteúdo derivada de contextos histórico-espaciais específicos.

Assim, concebe-se o espaço como condição, meio e produto ao mesmo tempo, manifestação dos conflitos entre a necessidade de capital em seu processo de (re) produção e as necessidades das sociedades como um todo. Nesse caso, constata-se o processo em curso na Zona da Mata Sul de Pernambuco, que retrata uma dinâmica onde o urbano e o rural permanecem como construções sociais diferenciadas, urbanidade e ruralidade, mas a oposição cidade e campo atenuam-se, como sugerem Santos e Silveira (2001), pela absorção no campo de tecnologias e sistemas produtivos surgidos da aplicação do conhecimento científico desenvolvidos na cidade, manifestando-se numa nova organização territorial.

Em relação à agricultura familiar, Wanderley (2009b) chama a atenção para o debate que se faz em relação à produção familiar, uma vez que as discussões, na década de 1970, se faziam em um patamar construído pela perspectiva da modernização da agricultura e da urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho, segundo um modelo equivalente às relações industriais. Os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado, gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado.

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, já que é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. Isso porque os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade globalizante.

Há, portanto, que considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado. Está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas, que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente como foi dito acima, que a “modernização” desta agricultura não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar.

2 A ESPACIALIDADE DO CAPITAL E A RELAÇÃO RURAL-URBANO NA CONTEMPORANEIDADE

A dimensão espacial foi, durante muito tempo, ignorada dentro da Teoria Social. Nos últimos anos, são muitos os estudos que vêm se dedicando a apontar a necessidade de se compreender a realidade social a partir da apreensão da dinâmica espacial. Isso porque, na contemporaneidade, ela vem se tornando cada vez mais determinada por um conjunto de fatores políticos que se alinham à possibilidade do desenvolvimento do capitalismo em sua atual fase. (HARVEY, 2005).

Henri Lefebvre (1991a), ao analisar a sociedade contemporânea, aponta para a necessidade de se considerar a dimensão espacial na constituição da sociedade. Para o autor, a sociedade relaciona-se com o espaço na medida em que, entendendo-o como base material, retire os elementos necessários ao seu processo de reprodução, apropriando-se do espaço.

A apropriação deste “espaço material” seria marcada pela construção das subjetividades, dos valores, das crenças, dos mitos, de um espaço social onde se engendraria a gama de relações sociais que conforma a realidade. Assim como as relações sociais, o espaço social não seria algo inflexível. O espaço social seria mutável, histórico; modificando-se a cada novo modo de produção. Ao mesmo tempo, constituir-se-ia enquanto espaço em sua totalidade, com suas conexões e associações atuais. (LEFEBVRE, 1991a).

Para o referido autor (LEFEBVRE, 1991a), o espaço social enquanto categoria de análise vincula-se ao processo de produção. Entender o processo de produção é compreender o movimento de produção do espaço social. Assim, reflete-se sobre as forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, tecnologia e conhecimento) e as relações de produção que atuam sobre o processo de apropriação do espaço.

Na contemporaneidade, o processo de reestruturação produtiva reorganiza em escala global a dinâmica do processo de acumulação, estabelecendo a redistribuição da divisão espacial do trabalho, a flexibilização das relações de trabalho e de produção, apoiado no desenvolvimento da técnica e da informação. (HARVEY, 2001). Esse momento é marcado pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação, ou, nas palavras de Santos e Silveira (2001), é a fase técnico-científico-informacional, onde a técnica e a informação adquirem hegemonia por possibilitarem o processo de acumulação em sua fase financeira.

Massey (2009) salienta que o espaço social constitui-se enquanto esfera da possibilidade da pluralidade das relações sociais, da heterogeneidade. Em virtude da dinâmica das relações sociais, não se pode pensar em um espaço social concluso, mas algo sempre em construção, aberto, uma simultaneidade de “estórias-até-agora”. Assim, se o espaço é planejado para uma maior fluidez da produção capitalista, ele também é o espaço das relações sociais, em suas diversidades, simultaneidades e pluralidades.

É nessa perspectiva de possibilidades, criadas e recriadas pelo e no espaço social que as relações entre o urbano e o rural se estabelecem. De acordo com Lefebvre, o espaço rural é anterior ao urbano, e o desenvolvimento do espaço urbano implicaria na absorção total do rural. Ao se referir ao urbano, Lefebvre (2004) referia-se à sociedade que emergiu com o advento do capitalismo industrial. Esta sociedade baseia-se na técnica, na ciência e na informação, sendo posterior à realidade rural, mas estabelecendo-se relacionalmente com ela. Assim, a realidade social seria marcada por interligações entre o meio urbano e o rural, onde o urbano sobrepujaria a toda a dinâmica rural

Nesse sentido, ao se discutir as interligações entre o meio rural e o urbano, deve-se ter uma compreensão de ambos, apoiados num conjunto de elementos que permitam a leitura de um espaço num determinado tempo. Desta forma, considera-se que a realidade é sujeita a constantes transformações e seu movimento deve ser entendido em uma perspectiva histórica. Assim, é relevante salientar alguns elementos que marcaram a constituição do espaço brasileiro.

Nos períodos iniciais da colonização brasileira a questão principal que se impunha para

a sociedade colonial era a falta de mão de obra e a falta de alimentos, quando o produto exportador básico estava em alta. Nesse período, exigia-se uma ação do governo colonial no sentido de garantir uma produção alimentar num povoado de fronteira e nas franjas de grandes fazendas, para incentivar a expansão de pequenas fazendas nas terras incultas dos latifúndios. (ABRAMOVAY, 2000; MARTINS, 1979).

No contexto das relações urbano/ruralidade/campo a compreensão da realidade exige um esforço de aproximação da totalidade, pois a realidade não se constrói, é apreendida mesmo que parcialmente no contexto de múltiplas e complexas situações. (LEFEBVRE, 1991b).

Neste sentido, a própria forma de coleta das informações, baseada na divisão político-administrativa das cidades para separar o rural e o urbano, nem sempre permite apreender o movimento da realidade, pois tal divisão ignora sua inserção num contexto espacial específico, numa rede mais ou menos densa de cidades em certo momento técnico e com um determinado conjunto de infra-estrutura em uma formação econômico-social específica que envolve, segundo Lefebvre (1963), o processo concreto em que se desenrola a base do desenvolvimento das forças produtivas.

Isso porque o estudo de cada formação econômico-social revela a ação eficaz – política, administrativa, jurídica e ideológica – das grandes personalidades, mas nas condições e nos limites do tempo e do lugar, isto é, do modo de produção e da classe. De acordo com o autor, é o conteúdo socioespacial que diferencia o espaço rural e o urbano, é o conjunto de informações que permite uma análise mais consistente das ligações do urbano e do rural, porque permite perceber as imbricações entre as dimensões e, portanto, apreendê-los em sua complexidade.

3 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

O espaço rural brasileiro tem passado por um conjunto de mudanças com significativos impactos sobre suas funções e conteúdo social que, à luz da relação cidade-campo, não pode mais ser compreendido separadamente. Essa política de integração ocorre a partir da concepção de uma política territorial em que a definição de território rural visa fortalecer os segmentos sociais.

A concepção de integração territorial brasileira emerge a partir da década de 1990, quando o Estado passou a conceber e implantar políticas territoriais. Trata-se de algo recente, vinculado à nova conjuntura nacional, e esse fato leva a que essas políticas estejam mais em debate e construção. (BITOUN, 2009). Nesse cenário, o Ministério da Integração

Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – destacam-se na concepção e implantação dessas políticas territoriais.

O território, entendido como uma porção do espaço apropriado pela sociedade, manifesta as relações de poder e os processos sociais historicamente determinados. (ANDRADE, 1995). Com isso, o território é percebido a partir do contexto de um modo de produção e de uma formação econômica, social e historicamente determinada.

Refletindo acerca do espaço social brasileiro e sua articulação com a sociedade global (GEHLEN, 2011), entende-se que a forma de ocupação do espaço brasileiro se dá na atualidade como resposta à manutenção do modo de produção. Ou seja, a realidade espacial brasileira está permanentemente ocupada em se ajustar sob a influência da realidade econômica.

Nessas circunstâncias, a dinâmica que caracteriza o território na Mata Sul de Pernambuco é estabelecida pela cultura da cana-de-açúcar, que foi implantada ainda no período do Brasil Colônia. (ANDRADE, 2001). As transformações ocorridas, na segunda metade do XX e início dos XXI, modificaram não apenas a produção da cana-de-açúcar, mas também as demais atividades produtivas existentes no território rural.

A Zona da Mata pernambucana é composta de 43 municípios, os quais têm forte vínculo com a economia do cultivo da cana-de-açúcar. Com a queda do dinamismo da agroindústria açucareira nos anos de 1990, houve a expansão de outras atividades e culturas, em particular, o turismo nas áreas litorâneas. A atividade do turismo vem apresentando significativa expansão na área, principalmente na Zona da Mata Sul, o que não implicou no fim da atividade canavieira.

O cultivo da cana na Zona da Mata Sul é bem maior que no setor canavieiro norte. Mesmo com os incentivos à diversificação econômica - como a criação, em 1960, do Distrito Industrial do Cabo - a cana-de-açúcar continua predominando na região, ainda que outros produtos agrícolas tenham ganhado importância econômica. (GEHLEN, 2010).

Segundo Andrade (2001), em Pernambuco a cultura da cana-de-açúcar ocorre na Zona da Mata, onde uma combinação de fatores proporcionou o desenvolvimento da atividade canavieira. Sua formação socioeconômica e espacial é vinculada ao desenvolvimento em sistema de plantation.

Esta cultura, conforme assinala Andrade (2001), moldou a sociedade que naquela região se desenvolveu. Tão forte é a ligação desta parcela da Mata pernambucana com a cultura da cana, que Josué de Castro (2001) a chama de “elemento criador da vida” da região.

Castro (2001) assinala o fato dessa cultura consumir as terras, o húmus do solo, as pequenas culturas e o ser humano. Este acabava sucumbindo

às determinações do modo de exploração estabelecido pelo regime da cana em uma região onde as possibilidades geográficas para a vida das pessoas contrastavam com a exiguidade dos recursos alimentares. Esta escassez alimentar é assinalada como resultado do processo ao qual o autor denomina de autofagia da cana.

Se, por um lado, a cultura canavieira asfixiou o desenvolvimento de outras culturas, por outro, os movimentos sociais de luta pela terra, a desarticulação do complexo canavieiro - aprofundada pela crise do setor sucroalcooleiro da região -, a implantação do Complexo Industrial de Suape e do Complexo turístico-hoteleiro Costa Dourada trouxeram uma nova configuração a sua realidade.

Isto possibilitou, entre outras coisas, a diversificação das atividades agrícolas e atividades econômicas em geral. Embora não se tenha findado o monopólio do setor sucroalcooleiro, verificou-se que há neste território a tentativa de diversificação das culturas e também das atividades laborais do campo. (GEHLEN, 2010).

Esta diversificação se constitui do ponto de vista político-institucional como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para o meio rural e como garantia de reprodução de diversos atores sociais que nele vivem.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E O PROJETO DE ASSENTAMENTO DO ENGENHO CORUBAS

No momento em que se constata a consolidação da agricultura capitalista no Brasil, o debate sobre a Agricultura Familiar emerge como uma das questões mais relevantes do meio rural brasileiro. É no contexto econômico e político do capital neoliberal que a pessoa trabalhadora da agricultura familiar é analisada como uma categoria social no meio rural.

Essa reflexão sobre a atuação destas pessoas trabalhadoras na Agricultura Familiar provoca questionamentos sobre as contradições vivenciadas por elas nas Unidades de Produção, já que as relações sociais no campo são permeadas pela contradição da produção capitalista.

Para Wanderley (2009b), o agricultor social é gestado na tensão do capitalismo, na condição de produtor de mercadorias, realizadas enquanto excedente que se situa o fulcro das contradições que envolvem o camponês e que se expressam na tensão, por ele vivenciada, entre a subordinação ao capital e seu projeto de autonomia, enquanto produtor direto.

Essa posição ambígua da Agricultura Familiar evidencia para Neves (1995) a caracterização de um sistema classificatório e setorial, através de uma visão dicotômica, cujo termo contraposto é a

unidade capitalista de produção agrícola ou empresa capitalista na sua forma contraditória. Essa condição destaca a estruturação da sociedade capitalista dividida em classes sociais, onde a dominação do capital permeia as relações sociais na Unidade de Produção Agrícola.

As contradições desse sistema são visíveis na política neoliberal diante do discurso do “desenvolvimento sustentável”, através da Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF¹ – e do Programa Territórios da Cidadania². A finalidade dessas políticas de Estado para a agricultura familiar é a condição de integração das políticas públicas para reduzir desigualdades sociais.

Isso reflete que a percepção das desigualdades sociais é decorrente da priorização do Estado no desenvolvimento econômico e do mercado, em que a proposta de ação de Estado para o combate à precarização do trabalho emerge pelas novas exigências da sociedade técnico-científica-informacional, resultado da reestruturação internacional do capitalismo.

É o que se pode chamar de Estado estrategista (CASTEL, 1998), que age nas políticas de inserção que obedecem à lógica da focalização dos programas sociais para as populações mais pobres, impedindo assim a destruição da coesão social.

Ao criticar essa concepção neoliberal, Pastorini (2010) coloca que esse discurso se firma com a existência de um Estado Mínimo, em que os pensadores neoliberais poderão proteger a igualdade de oportunidade quanto à liberdade dos indivíduos. Um governo legítimo que tem duas únicas funções a desenvolver: prover a estrutura para o mercado e oferecer serviços que o mercado não pode fornecer³.

Contrária a essa visão neoliberal, a questão social contemporânea analisada por Pastorini (2010) não é decorrência natural, irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico, mas expressão da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, consequência do esgotamento do modelo fordista-keynesiano que se estendeu até começos dos anos de 1970.

Nessa perspectiva, Wanderley (2009b) salienta o projeto de agricultura familiar estabelecido para o desenvolvimento rural brasileiro na contemporaneidade. No contexto da concretização da Reforma Agrária se institucionalizam os Projetos de Assentamentos Agrícolas - PAA, nos quais emerge o sistema de cooperativas rurais, revestido de um discurso ideológico de autonomia ao produtor familiar, que na realidade continua submetendo os trabalhadores ao ritmo da dinâmica do mercado capitalista.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Assentamento - PA do Engenho Corubas, que compunha a Usina Catende⁴ no período da década de 1990. Nesse período, as dívidas da

Usina Catende ocasionaram a mobilização dos trabalhadores rurais por seus direitos, invadindo as terras da Usina e exigindo a atuação por parte do Estado para a criação de assentamentos rurais. O processo de assentamento, que resultou no Projeto do Engenho Corubas, durou aproximadamente 12 anos (1993-2005).

Este processo foi acompanhado pelo projeto de constituição de uma cooperativa, Catende Harmonia, cujo objetivo era possibilitar a criação de uma organização produtiva que viabilizasse o funcionamento da Usina Catende, a qual passou a ser administrada por um síndico indicado pela justiça.

Pereira (2008), ao abordar a compreensão da política pública, salienta a dimensão que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e Sociedade. Ou seja, a política pública não é só do estado, visto que, para sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo. Nesse sentido, o processo de esfacelamento da Usina Catende e a constituição dos Projetos de Assentamentos Rurais representaram um movimento conflituoso entre Estado e trabalhadores rurais.

Um ponto importante a destacar é a desapropriação, por parte do Governo Federal, das terras do Engenho Corubas (2006), quando as famílias de trabalhadores do Engenho foram assentadas e vinculadas ao sistema de cooperativa Catende Harmonia. A principal implicação deste vínculo foi que, mesmo tendo a posse da terra, a organização de sua produção era determinada pela cooperativa, o que não representou uma mudança concreta de sua realidade, mas apenas a mudança de gestor do processo exploratório destes trabalhadores rurais.

Isso porque, de acordo com Pereira (2008), a ação do Estado pode se constatar não uma política constitutiva, decorrente de ações públicas débil ou afeta diretamente o cidadão; mas uma política regulamentadora, em que as ações avalizam a autoregulação da prática de determinados grupos que pretendem manter e preservar prerrogativas ou privilégios.

Diante deste cenário, faz-se necessário compreender a organização produtiva, social e política dos moradores do Engenho Corubas, levando em consideração que o projeto maior em que estão inseridos é marcado pela contradição do projeto societário ao qual inicialmente se vincularam, o que vem trazendo consequências negativas ao processo de produção da agricultura familiar na comunidade.

5 PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DO ENGENHO CORUBAS

Os processos políticos que envolvem a realidade do campo brasileiro assinalam o caráter contraditório do papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural.

A aproximação dessa realidade permite apreender o movimento do capital na Mata Sul de Pernambuco, já que, se por um lado as possibilidades da abordagem territorial rural fornecem elementos para um desenvolvimento sustentável da área, os impasses da formação sócio-histórica do lugar aparecem como barreira ao avanço da melhoria das condições de vida dos agricultores e trabalhadores rurais dessa área de Pernambuco.

Ao analisar os dados empíricos da realidade do Projeto de Assentamento do Engenho Corubas, verificou-se que há sessenta e cinco unidades nesse assentamento, onde foram realizadas entrevistas com dezenove famílias no ano de 2011.

A importância do Projeto de Assentamento do Engenho Corubas representa o momento de institucionalização da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Corubas⁵, forma de reação ao modelo de gestão vivenciada pela Cooperativa Catende Harmonia.

No primeiro momento buscou-se compreender a relação entre o tempo de residência e a identificação do lugar. Verificou-se que 84% dos entrevistados responderam que residem no local há mais de 20 anos, e todos destacaram a identificação com o lugar.

Esse período compreende a constituição do Projeto de Assentamento Rural, refletindo o momento em que a identificação tem relação com o direito à posse da terra e a continuação no meio rural. Segundo Carlos (1996), o espaço na percepção do vivido não se define em si mesmo; ao contrário, é marcado pelas relações sociais, o que faz emergir o sentimento de pertencimento e de lugar. Isto é, o espaço é o lugar, na condição de um produto do trabalho humano, na forma histórica e social, e por isso, é que se pode entender a organização de uma dada sociedade.

Outra questão fundamental é o vínculo político que os moradores apresentam com a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Corubas, em que 84% dos entrevistados estão associados e participam das reuniões para tratar das questões da produção na Agricultura familiar.

A insatisfação com a Cooperativa Catende Harmonia e a reação ao processo de desvinculação política refletem a identidade desses produtores e a concepção de um projeto político crítico sobre as relações sociais de produção no meio rural.

Para Lefebvre (1991b), a razão no marxismo nasce da prática, do trabalho e de sua organização, da produção e da reflexão inerentes à atividade criadora considerada em toda sua plenitude. Essa análise perpassa pelo significado de produção que adquire um sentido amplo e vigoroso quando além da fabricação de produtos representa, também, a produção do próprio ser humano.

Em relação à participação e adesão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF–, 82% dos produtores confirmaram que acionaram, pelo menos uma vez, a linha de crédito PRONAF; e ressaltaram o predomínio do PRONAF Cana, já que esta cultura é produzida em 74% das famílias entrevistadas para ser vendida às usinas da localidade.

Essa condição, segundo Wanderley (1979), evidencia a estrutura da propriedade da terra, reproduzida no Brasil, sob a ação do capital que tem características particulares, resultantes de determinações históricas, que por sua vez, atua como um condicionante do próprio processo de acumulação do capital no setor agrícola.

Sendo assim, a propriedade fundiária é o elemento central, através do qual se efetua a dominação indireta do capital na agricultura. Ela não se realiza economicamente, no sentido capitalista, mas é a condição para a apropriação de outras formas de sobretrabalho que, articuladas com a extorsão de mais-valia, mantém ainda aspectos formalmente capitalistas do setor. (WANDERLEY, 1979).

Nessa perspectiva, constatou-se que a Produção Agrícola Familiar predominante na Mata Sul de Pernambuco é a cultura da cana, levando muitos parceiros a realizar negócios com as usinas da própria localidade, submetendo-se, assim, à produção da cana, por ter mercado para o escoamento da produção. Entretanto, o preço do produto fica condicionado aos ditames do preço da cana estabelecido pelos usineiros.

Merece destaque o fato de que o Produtor Familiar, ao ser contemplado com a parcela a partir do Projeto de Assentamento Rural no Engenho Corubas, é obrigado a trabalhar ainda nas usinas da cana, principalmente no período da produção agrícola canavieira. Isso porque a produção familiar não consegue garantir o sustento da família, transformando, assim, o produtor agrícola familiar em trabalhador rural.

Isso reflete o tipo de capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro, segundo Wanderley (2009a), que antes ou depois do processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra. A estrutura do capitalismo agrário brasileiro qualificou a modernização sob o comando da terra. Sendo assim, responsável, em grande parte, por determinar

o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. É nesse sentido que se pode falar na permanência e atualização de uma questão fundiária no Brasil.

6 CONCLUSÃO

Diante da dinâmica espacial rural-urbana, em que a produção agrícola familiar destaca-se no contexto do cenário brasileiro, evidencia-se a luta social dos trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que se apontam políticas governamentais que se agregam a uma “transformação sem mudança”. Isso porque, as lutas sociais que possibilitaram a constituição dos Assentamentos das Reformas Agrárias, como alternativa de sobrevivência, submeteram-se às imposições do sistema fundiário do grande capital.

No contexto dos estudos da Mata Sul de Pernambuco, a organização política dos agricultores familiares do Engenho Corubas reflete um movimento político de resistência ao modelo de gestão de cooperativa direcionada para atender ao grande capital, desconsiderando as necessidades da comunidade.

Portanto, dentro da dinâmica espacial global do capitalismo, os resultados empíricos colhidos no Engenho Corubas assinalam novas perspectivas e discussões sobre o desenvolvimento regional do território da Mata Sul, ao questionar as escolhas das políticas governamentais para a agricultura familiar brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 702, 2000.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a20.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa **Territórios da cidadania**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Territórios da Cidadania. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dot/ln/clubs/territoriosrurais/matassul/one-community?page_num=0>. Acesso em: 04 out. 2011.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro - pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad.: Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GEHLEN, V. Para além dos limites do urbano. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 21, p. 145-161, 2011.

GEHLEN, V. **Do rural ao urbano**: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Recife: CNPq, 2010. Relatório de Pesquisa.

HARVEY, D. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editoria Ática 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LEFEBVRE, H. **O marxismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NEVES, M. F. **Sistema agroindustrial citrícola**: um exemplo de quase integração no agribusiness. 1995. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de São Paulo, 1995.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 33-46, 2009. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/o-agricultor-familiar-no-brasil-um-ator-social-da-at_download/article_pdf>. Acesso em: 16 nov. 2011.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

NOTAS

1. A Resolução nº 2.191 de 24/08/2008 – BACEN – Banco Central do Brasil - D.O.U. 25/08/2008, através do Crédito Rural institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Esse Programa é destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias explorados mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. O PRONAF é a principal política do Governo Federal lançado desde 1995 e executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.
2. O Programa Territórios da Cidadania foi instituído pelo Decreto nº 25/2008; tem como objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. (BRASIL, 2008).
3. Pastorini (2010) acrescenta que o discurso neoliberal sobre as questões sociais tem como uma de suas bases a concepção de Castel, Bresser Pereira e Rosanvallon sobre a ação do Estado: Estado Estrategista (intervenção estrategicamente, colocando em funcionamento políticas de inserção social –reparadoras e preventivas- para as populações mais pobres); Estado Inteligente (desenvolver funções estratégicas para a sociedade, como uma organização gerencial com maior eficiência através do somatório de esforços entre o Estado, a sociedade e o mercado) e Estado-Providência-Ativa (deixa de ser um distribuidor de subsídios e um administrador das

regras universais , e transforma-se num Estado de serviços, baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individualizadas).

- 4 . A Usina Catende era composta por x engenhos, que no processo de falência foram transformados em assentamento da reforma agrária. Atualmente cerca de X engenhos compõem a cooperativa Catende Harmonia, que estende sua influência em vários municípios.
- 5 . A Cooperativa dos agricultores familiares de Corubas foi oficializada em 14/09/2011.

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

Geógrafa e Assistente Social
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Professora da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA-CE
Email: rosi_glay@hotmail.com

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Assistente Social
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: magalycolares@yahoo.com.br

Vitoria Regia Fernandes Gehlen

Historiadora
Doutora em Planejamento e Desen. de Políticas Públicas da University of London
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: vicgehlen@yahoo.com.br

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Av. Guararapes, 13
Santo Antonio - Recife/PE - CEP: 99999-999

Universidade Federal de Pernambuco

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 -
Cidade Universitária – Recife/PE
CEP: 50670-901